

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUEOLOGIA: hipóteses sobre o povoamento pré-colonial na Ilha de São Luís a partir das campanhas arqueológicas de Mário Ferreira Simões.

Arkley Marques Bandeira

Historiador e Mestrando em Arqueologia

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo-MAE-USP.

arkleybandeira@hotmail.com

Resumo: Esse artigo versa sobre a produção de conhecimento no campo da arqueologia, enfocando como estudo de caso as campanhas arqueológicas do pesquisador Mário Ferreira Simões na Ilha de São Luís, no ano de 1971. Para tanto, foram realizadas uma revisão bibliográfica acerca da temática em questão e a transcrição de toda a documentação pertencente a esse pesquisador - cartas, cadernos de campos, relatórios, ofícios, etc-depositada no arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. A partir disso, apresentaremos nesse texto as principais hipóteses e interpretações acerca do povoamento pré-colonial da Ilha de São Luís, analisando criticamente seus resultados a partir da correlação com a produção arqueológica atual e indicando novas problemáticas para trabalhos futuros, a partir de pesquisa arqueológica no sambaqui do Bacanga.

Palavras-chave: Arqueologia-Pré-história- Sambaquis- São Luís

Abstract: This paper discusses the knowledge production on the archeology field, focusing as a case study the archeological campaigns of the researcher Mário Ferreira Simões at São Luís Island, in 1971. First, it was made a bibliographic review about the theme and the transcription of all the documents that belonged to this researcher – letters, field notebooks, reports, appointments etc – deposited at Ghilherme de La Peña archive, in Emilio Goeldi Museum, Belém, Pará. Then, it's presented the main hypotheses and interpretations about the pre-colonial populating at São Luís Island, with a critical analyze of its results by the

correlation with the present archeological production and showing the new problems of the future works, starting from the archeological research at Bacanga shellmound.

Key-words: Archaeology-Pre-history-Shell Mound-São Luís.

Introdução

É ponto incontestado que a América foi densamente habitada por uma diversidade de povos nativos muito antes do contato abrupto e violento com os colonizadores europeus. É notório também que o impacto sofrido por muitas dessas sociedades, comumente chamadas de ameríndias, resultou na destruição rápida e sistemática de organizações sócio-culturais extremamente complexas e adaptadas a nichos ecológicos variados, que chegavam a rivalizar em muitos aspectos com os maiores aglomerados europeus do século XVI.

Tais dados foram nos legados pela interpretação de historiadores e outros pesquisadores com base nos relatos e memórias de cronistas e viajantes que na América estiveram no período do contato, na documentação oficial produzida em nome das coroas européias e nas cartas e outros registros, como o material cartográfico e outros tipos de iconografias. Não é demais ressaltar que a grande maioria, senão a totalidade dessa documentação foi produzida a partir de uma visão fundamentalmente européia, com metas conscientemente determinadas de diminuir e subjugar as populações tradicionais que eram encontradas. Além disso, muitas fontes atualmente disponíveis sobre esse momento foram produzidas em períodos posteriores ao contato, muitas vezes no calor dos debates acerca do caráter humano dos ameríndios.

Mais recentemente, a descoberta das ruínas de importantes cidades-estados Maias nas selvas meso-americanas e da capital do império asteca no México, como também a localização da mundialmente famosa Machu Pichu, no Peru fizeram com que os pesquisadores voltassem seus olhos para a materialidade desses povos, atestada pela monumentalidade arquitetônica dos grandes palácios e templos e pela disposição bem planejada dos núcleos urbanos, com seus sistemas de captação de água, estrutura de

escoamento de dejetos e estradas e, no âmbito rural, com os sistemas de cultivo, irrigação e aterramento de áreas pantanosas.

Aliado a isso, a beleza artística de objetos cerimoniais e cotidianos, como esculturas, cerâmicas, tecidos, cestaria, plumaria, etc fez com que novas sendas de investigação fossem abertas para o conhecimento desses artefatos¹. O estudo da cultura material é o único meio de se compreender a história pré-colonial de muitos povos do passado quando inexistente documentação escrita, seja pela falta de relatos etno-históricos, seja pelo fato de que a maioria das sociedades nativas americanas priorizava outras formas de transmissão e registro de suas tradições e modos de vida.

Em muitos países da América onde o jugo colonial se fez premente uma historiografia atenuada com a ancestralidade dos povos nativos e que leva em consideração a produção de conhecimento feita pelos arqueólogos já é uma realidade. No caso do Brasil, a quase totalidade das informações a respeito da ocupação humana anterior ao contato com o europeu, cuja documentação etno-histórica fica impossibilitada de abarcar, é fruto de pesquisas arqueológicas orientadas cientificamente, com a cultura material sendo o locus da produção de conhecimento.

Esse artigo versa sobre a produção de conhecimento no campo da arqueologia, enfocando como estudo de caso as campanhas arqueológicas do pesquisador Mário Ferreira Simões na Ilha de São Luís, no ano de 1971. Para tanto, foram realizadas uma revisão bibliográfica acerca da temática em questão e a transcrição de toda a documentação pertencente a esse pesquisador versando sobre esse tema, a exemplo de cartas, cadernos de campos, relatórios, ofícios, etc, depositada no arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

A partir disso, apresentaremos nesse texto as principais hipóteses e interpretações acerca do povoamento pré-colonial da Ilha de São Luís, analisando criticamente seus

¹Souza (1997, p. 20) conceitua artefato como todo e qualquer objeto produzido pelo homem, incluindo ferramentas, utensílios, objetos de adornos, etc.

resultados a partir da correlação com a produção arqueológica atual e indicando novas problemáticas para trabalhos futuros, como o projeto de pesquisa *O sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico*.

Alguns pressupostos básicos sobre a arqueologia e seu objeto de estudo

A arqueologia é uma ciência social no sentido que ela procura explicar o que aconteceu com grupos humanos no passado, inferindo comportamento e idéias, a partir de materiais remanescentes do que as pessoas fizeram e usaram e do impacto físico de sua presença no meio ambiente (TRIGGER, 2004), tendo como principal objeto de estudo a cultura material. Diferentemente de outras ciências sociais, o arqueólogo não tem acesso direto ao pensamento dos povos do passado, salvo quando existe documentação escrita decifrável.

Para fazer inteligível o conhecimento acerca de tempos ancestrais, os arqueólogos exploraram ao máximo uma gama de testemunhos materiais, além de utilizar outros mecanismos que forneçam subsídios para essa difícil tarefa. Alfredo Mendonça de Souza, em seu *Dicionário de Arqueologia* conceitua que a “arqueologia busca reconstituir o passado humano a partir de seus traços materiais, artefatos, estruturas, construções, obras de arte, alterações do meio ambiente, comércio, dados somáticos e biológicos” (SOUZA, 1997, p. 19)

Para tanto, esses profissionais possuem uma variedade de métodos e técnicas próprios para se fazer entender aspectos do passado humano travestidos na cultura material. A escavação é a principal, mais não a única forma de aquisição da documentação arqueológica, entretanto possui uma importância crucial na práxis e na reflexão metodológica dessa disciplina (FUNARI, 1998).

Neste sentido, apenas evidenciar testemunhos materiais do passado não basta para o fazer científico desse campo do saber, pois a primazia dos estudos deve está centrada

fundamentalmente em esclarecer como e porque as coisas ocorreram e mudaram e qual o papel dos grupos humanos na condução desses aspectos.

Dado a complexidade dessa tarefa, a arqueologia não se organiza de forma isolada e, na busca de compreender aspectos de vidas humanas pretéritas, uma abordagem interdisciplinar é fundamental. Tal assertiva faz com que os pesquisadores encontrem subsídios em outras disciplinas com vistas a responder seus problemas de pesquisa. Essa postura acarreta em um amplo espectro de teorias, métodos e técnicas das ciências físicas, químicas, biológicas e sociais, a disposição dos estudiosos para explicar o comportamento e a mudança cultural, os aspectos simbólicos, sociais e tecnológicos, os processos de formação do sítio de povos do passado e do presente, etc.

Além do estudo da cultura material, a arqueologia pode ser concebida como uma forma de ação social e política no presente (TILLEY, 307, p. 308), no que concerne às implicações sobre o papel do arqueólogo na construção subjetiva do passado (TRIGGER, 2004, p.396) e na escolha do que se deve estudar e se preservar em termos de patrimônio arqueológico.

A identificação dessas premissas com o paradigma pós-processual, que corresponderia num âmbito maior das ciências sociais aos pressupostos pós-modernos e à teoria social da Escola de Frankfurt, insistem no relativismo das formas de produzir conhecimento e aceita uma diversidade de pontos de vista (HODDER, 1999), o que vem inaugurar uma série de questões e problemáticas até então não abordadas pela arqueologia.

As implicações advindas dessas questões redefiniram alguns posicionamentos no campo arqueológico, a exemplo da falta de interação dos arqueólogos com a sociedade (FUNARI, 2001, p. 94), a necessidade de esses profissionais compreenderem criticamente os processos econômicos, sociais e culturais, pelos quais, a arqueologia e o patrimônio estão envolvidos (HODDER, 1999, p.148), a influência política e ideológica que a arqueologia pode exercer no presente (FUNARI, 1995, p. 242), o papel da arqueologia na

preservação do patrimônio arqueológico e o envolvimento e o retorno ao público (REDMAN, 2002, p. 499).

O crescente profissionalismo da arqueologia ampliou o seu leque de envolvimento, instituindo novas discussões, como a administração do patrimônio cultural, a proteção de sítios subaquáticos, o combate à pilhagem, ao comércio ilícito de bens arqueológicos e a destruição de sítios por fatores antrópicos, o direito de acesso dos grupos étnicos aos seus lugares tradicionais (hoje sítios arqueológicos), a devolução de esqueletos, o repatriamento de bens espoliados ou pilhados em guerras, o retorno público das pesquisas e a imagem da arqueologia nos meios de comunicação. Convém apontar esse leque de atuações pois uma arqueologia de gabinete centrada na busca de preciosidades é algo distante do fazer científico contemporâneo desse campo do saber.

Em muitos Estados brasileiros a pesquisa arqueológica já é uma realidade, desenvolvendo regiões pobres e produzindo divisas com o turismo de visitação a sítios arqueológicos, a exemplo do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Em outros, a expansão das fronteiras agrícolas e a execução de grandes obras de infra-estrutura estão condicionados a pesquisa arqueológica prévia para liberação da área para sua implantação (licenciamento ambiental²), mesmo porque existe no país um estatuto jurídico que rege a prática da arqueologia, inclusive punindo atividades que venham a destruir ou comercializar o patrimônio arqueológico do Brasil.

A pesquisa arqueológica no Maranhão

Diferentemente de outras localidades, o Maranhão não dispõe de informação arqueológica suficiente para compor um quadro mínimo sobre as ocupações pré-coloniais de seu território. Este quadro torna-se mais desolador quando se percebe a escassez de fontes bibliográficas referentes ao período pré-contato e à quase ausência de profissionais envolvidos em pesquisas arqueológicas no Estado (BANDEIRA, 2003).

² A legislação ambiental brasileira vigente, através das portarias e decretos do CONAMA, instituiu a realização de estudos de impacto ambiental antes da implantação de atividades que pudessem impactar o meio ambiente. No bojo dos campos do conhecimento envolvidos nesses estudos está a arqueologia.

As primeiras considerações acerca da produção de conhecimento sobre a pré-história maranhense coincidem com o período em que PROUS (1992) classifica como *intermediário* (1910-1950), onde as pesquisas eram praticadas por pessoas interessadas, pertencentes a profissões diversas, mas sem formação científica especializada. Destacam-se naquele momento, as atividades pioneiras do geógrafo Raimundo Lopes, que publicou suas sínteses em *O Torrão Maranhense*. Como pesquisador do Museu Nacional iniciou uma série de estudos arqueológicos e etnográficos no Maranhão, sendo que em uma de suas publicações *A Civilização lacustre do Brasil* (1924), descreve a existência de sítios pré-históricos na baixada maranhense assentados em esteios, denominados de estearias³ e de sambaquis⁴ em diversos pontos do litoral desse Estado.

Uma contribuição de particular interesse de Lopes para nossos propósitos foi a identificação e pesquisa de vários sambaquis na Ilha de São Luís, onde analisou a cerâmica encontrada, como se segue:

A cerâmica dos sambaquis maranhenses é de técnica mais rudimentar que a da maior parte das estearias ou a dos tupis históricos...Com efeito, não encontramos nos sambaquis cerâmica pintada, mas apenas gravada, com bordas marcadas a dedos, raspagens etc., formando desenhos geométricos (LOPES, 1970, p. 183).

A contemporaneidade das observações de Lopes aliada a sua intensa mobilização contra a destruição desses sítios, resultou no Tombamento Federal do Sambaqui do Pindaí, localizado no município de São José Ribamar, no Maranhão.

Um outro pesquisador maranhense que se empenhou em localizar os sambaquis da região foi o Consultor Técnico do Diretório Regional de Geografia, José Silvestre Fernandes, que em 1950 publicou no artigo *Os Sambaquis do Nordeste* a descrição de três sítios nas localidades de Areia Branca, Ilha das Moças e Mocambo, no município de

³ Tipo de assentamento pré-histórico. Habitação lacustre construída sobre estacas (casas pernaltas, palafitas) (SOUZA, 1997, p. 51).

⁴ Assentamentos pré-históricos caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil (PROUS, 1992, p. 204).

Cururupu, litoral ocidental do Maranhão, cujo material arqueológico coletado foi enviado ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Interessante síntese sobre os sambaquis do Maranhão foi elaborada pelo médico e antropólogo Olavo Correia Lima, que em meados de 1970, iniciou atividades arqueológicas em diversos pontos do Estado. Suas pesquisas acerca dos registros arqueológicos da região resultaram na publicação em 1989 do primeiro livro do gênero no Estado, *Pré-História Maranhense*. Lima trabalhou em colaboração com Mário Simões e outros pesquisadores do Museu Emílio Goeldi do Pará, no projeto São Luís (LIMA, 1991), realizado em 1971 e que veremos mais detalhadamente nos tópicos seguintes.

Mais recentemente, a partir da década de 1990, observou-se na literatura outras atividades de cunho arqueológico desenvolvidas no Estado, principalmente pesquisas relacionadas aos registros rupestres⁵ no Maranhão. Trata-se das primeiras intervenções arqueológicas através da atuação profissional do arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho, lotado, naquele momento, no Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão e atualmente Diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.

Em âmbito acadêmico, dois trabalhos despontam como pioneiros na produção de conhecimento acerca da história pré-colonial do Maranhão, ambos monográficos e apresentados ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São Luís. O primeiro denominado *Um Estudo Sobre a Arqueologia Pré-Histórica no Maranhão* apresentado por Marcus Saldanha, em 2001, onde o mesmo realizou um levantamento de todas as pesquisas que tiveram como objeto de análise a pré-história do Estado, visitando inclusive alguns sítios arqueológicos e o seguinte, intitulado *Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão* (2003), de minha autoria, onde tratei de forma específica de um registro arqueológico denominado popularmente de arte rupestre, enfocando os principais pressupostos teórico-metodológicos para o estudo desses vestígios,

⁵ Toda e qualquer manifestação plástica pré-histórica que tenha por suporte a rocha. Geralmente classifica-se em grafitos, pinturas rupestres, petroglifos, arte mobiliária (SOUZA, 1997, p. 20)

que resultou em um mapeamento sobre a ocorrência desses sítios arqueológicos no Maranhão, inclusive com visitas *in loco* a esses assentamentos.

As campanhas arqueológicas de Mario Ferreira Simões: universo empírico e produção de conhecimento

Como já pontuado anteriormente, antes de localizar e escavar alguns assentamentos de pescadores-coletores-ceramistas na capital maranhense, o pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, Mário Ferreira Simões e sua equipe já desenvolviam pesquisas nos sambaquis do litoral do Salgado, no Pará. Foi através dessas pesquisas que a antiguidade da cerâmica pré-colonial dessa região ficou evidenciada, com base nas datações em C14 que a situou entre 3.000 a 1.600 a. C. (SIMÕES, 1981).

Apesar da “rápida passagem dos arqueólogos do Museu Emílio Goeldi, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica” (FILHO & LEITE, 2005, p. 12) é nesse bojo que as primeiras pesquisas arqueológicas de cunho científico e com uma problemática de estudo bem definida se desenvolveram nos sambaquis do Maranhão, sendo que o contexto da realização desses trabalhos deve ser compreendido como um projeto arqueológico maior para a região Norte do país, desenvolvido por aquela Instituição.

Simões e equipe realizaram com o patrocínio do Museu Paraense Emílio Goeldi e o apoio do IPHAN, o *Projeto São Luís* (novembro-dezembro de 1971), cuja meta era correlacionar e comparar os sambaquis residuais da Ilha de São Luís com os do litoral leste brasileiro e litoral paraense. (Relatório semestral de atividades do Pesquisador Mário Ferreira Simões, 1975b). Além disso, Simões considerava que prospecções e escavações em sambaquis residuais nesse Estado poderiam oferecer subsídios para a correlação cultural e cronológica com os dados de sítios arqueológicos de outros povos pré-coloniais ceramistas.

A proposta de Simões em estender suas atividades de campo até o Maranhão se justificava pela semelhança ambiental do litoral do Salgado, no Pará com a zona de desembocadura de rios em São Luís, com vistas a entender a dispersão de populações coletoras-caçadoras-ceramistas por todo o litoral setentrional, a partir da investigação dos vestígios arqueológicos, principalmente o cerâmico, que Simões denominou de fase Mina⁶. Esse pesquisador tentou a partir disso compreender se se tratavam de grupos com as mesmas características sócio-culturais na área geográfica onde estavam localizados tais assentamentos ou não e que relação os sítios arqueológicos teriam entre si.

Apesar de Simões e equipe terem chegado a algumas conclusões sobre o povoamento pré-colonial da Ilha de São Luís, muito pouco foi publicado, sendo que as poucas referências que dispomos sobre a campanha de campo no Maranhão foram obtidas através da análise da documentação administrativa do Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi e das fichas de campo de Simões. De uma centena de relatórios semestrais, ofícios e propostas para projetos de pesquisa conseguiu-se algumas informações inéditas sobre as hipóteses para o povoamento da costa maranhense, bem como descrições sucintas dos assentamentos observados e do material arqueológico proveniente destes⁷.

O objetivo primordial de Simões, como observado em alguns relatórios, era entender a ocorrência cerâmica nos sambaquis do litoral norte da América do Sul e testar hipóteses de uma dispersão e ocupação pré-histórica do litoral norte e leste da América do Sul por grupos ceramistas adaptados aos recursos marítimos (Relatório Sucinto das Atividades Científicas de Mário F. Simões Realizadas no 1º Semestre de 1975, 1975a).

Com o Projeto São Luís foram inspecionados oito sambaquis. Desses, “apenas dois (Maiobinha e Guaíba) não haviam sido destruídos. Ambos foram escavados

⁶ Esse tipo cerâmico foi chamado de Mina devido à extração de material osteomalacológico (conchas, restos de peixes e outros mariscos) para diversos fins ser feita em sambaquis, então conhecidos como minas de sarnambi.

⁷ Todo material arqueológico obtido no Projeto São Luís encontra-se atualmente na reserva técnica do Museu Emílio Goeldi, em Belém e contabiliza segundo Simões (1975a), cerca de 14. 300 fragmentos de cerâmica, além de outros vestígios pré-coloniais que e testemunham a presença indígena ancestral na costa maranhense.

estratigraficamente, enquanto os demais, com apenas delgada camada residual foram prospeccionados (levantamento topográfico e coleta de amostragem superficial)” (Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975c).

Com relação aos sambaquis da Maiobinha e Guaíba os cortes estratigráficos objetivaram determinar o período cerâmico e coletar amostras datáveis. No sambaqui da Maiobinha foram exumados dois sepultamentos. O carvão extraído junto aos esqueletos revelou duas datações por C14, com uma idade aproximada entre 2.526 a 2.686 anos a.P. (LIMA & AROSO, 1989). Gaspar e Imazio (2000), reproduzindo um quadro de datações para o sambaqui da Maiobinha, com base em Simões (S. D) e Machado et. al. (1991), situa essas datações entre 2090 a 1245 a. P.

Dentre as atividades desenvolvidas para o estudo do material arqueológico proveniente das pesquisas na Ilha de São Luís, observou-se no *Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975*, (1975c) “a análise e classificação do material coletado na escavação do sítio-sambaqui MA-SL-4: Maiobinha e tentativa de seriação; análise e classificação do material de superfície coletado nos sambaquis residuais que ele denominou de MA-SL-5 e MA-SL-11 e análises comparativas dessas evidências com aquelas da fase Mina”.

Com relação à fauna malacológica dos sambaquis da Ilha de São Luís, Simões (1975a) afirma que “com exceção do sambaqui da Maiobinha, todos os demais são compostos por *Anomalocardia brasiliana* (predomínio), seguindo-se em importância *Crassostrea arborea*, *Turbinella Laevigata*, *Thais* sp. E *Chione pectorina*” (Relatório de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975 d).

Descrição mais pormenorizada foi encontrada sobre o sambaqui da Maiobinha, onde Simões realizou escavação estratigráfica que permitiu observar a presença de material arqueológico até 1,95m de profundidade, assentado sobre sedimentos amarelos (Grupo Barreiras). Como observado no *Plano de Pesquisa de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975*, (1975c), o sambaqui da Maiobinha apresenta:

Fauna malacológica composta por *Chione pectorina*, inúmeros fragmentos de cerâmica, conchas, nódulos de laterita, vértebras de peixes e ossos de animais. Encontrados ainda dois sepultamentos: um adulto em posição fletida e decúbito dorsal, com inúmeras contas de possível colar; outro ligeiramente ao lado e abaixo do primeiro, de uma criança, muito mal conservado.

Em um outro documento, o *Relatório Sucinto das Atividades Científicas Realizadas no 1º Semestre de 1975* (1975a), Simões discorre sobre a análise micro e macroscópica e classificação tipológica de 14.300 fragmentos de cerâmica, acrescidos de outras evidências, provenientes do sambaqui da Maiobinha:

Constatou-se ter sido o sambaqui construído e habitado por um grupo perfeitamente adaptado ao ambiente marinho litorâneo com subsistência básica apoiada na coleta de moluscos e peixes, e portadores de nível cultural de padrão formativo, comprovado pela presença de vários traços diagnósticos tipicamente formativo em sua cerâmica.

Ainda que não tenhamos realizado a análise dos demais sambaquis pesquisados, essas inferências permitem concluir, preliminarmente, numa dispersão no sentido Norte-Leste de grupos ceramistas adaptados ao ambiente litorâneo, desde a Colômbia (Puerto Hormiga), passando pela Guiana (Fase Alaka), Leste do Pará (Fase Mina), Maranhão até o Recôncavo Baiano (Fase Periperi). Parecem corroborar nessa assertiva as datações por C-14 já obtidas: Puerto Hormiga – 3000 a. C.; Fase Mina – 2800 a 1600 a. C.; Fase Peripiri – 1000 a 800 a. C.

Com relação aos demais sambaquis localizados e pesquisados por Simões e equipe no Projeto São Luís, observou-se em um documento desse autor, *Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à Arqueologia da Amazônia* (1975e) que os outros assentamentos por “sua semelhança com os da fase Mina, são provavelmente mais antigos. Alguns desses sambaquis contêm fragmentos cerâmicos temperados com areia e outros com cariapé, distintos daqueles dos sambaquis”.

Apesar das poucas referências relacionadas aos outros sete sambaquis relatados por Simões, a transcrição dos diários de campo permitiu sabermos sobre as atividades arqueológicas realizadas e, principalmente, pelo fato de poder servir como fonte documental para conhecermos o estado de conservação desses sítios no momento de sua localização. Mais o que teria acontecido com esses povos dos sambaquis, já que no momento do contato com europeu eram os índios tupinambá que ocupavam o litoral de São Luís?

Uma hipótese para o desaparecimento desses povos foi dada por T. A. Lima (1999-2000), que trabalhou com um recorte geográfico que abrangia somente os sambaquis do litoral centro-sul. Essa pesquisadora sugere que a mudança de ênfase da coleta de moluscos para pesca intensiva os colocou em um novo patamar de produtividade e em outro tipo de organização que levaram ao colapso de sua organização social, a julgar pelo desaparecimento dos seus vestígios.

Dessa forma, essa arqueóloga sentencia, como descrito a seguir:

Esse fenômeno parece ter sido decorrente da chegada de bem-sucedidos e aguerridos horticultores interioranos à costa. Economicamente mais poderosos porquanto capazes de produzir seus alimentos, socialmente organizados em estruturas mais sólidas e complexas, tecnologicamente mais avançados e numericamente expressivos, acabaram por determinar a absorção ou extinção dos pescadores-coletores, de tal forma que, à chegada dos europeus no limiar do século XVI, há muito essas populações já tinham desaparecido da costa centro-meridional brasileira (LIMA, 1999-2000, p. 285).

Apesar dos dados de Lima serem frutos de investigações arqueológicas em uma outra região e com características morfo-climáticas diferenciadas do litoral setentrional, onde os sambaquis cerâmicos estão localizados, suas conclusões podem ser utilizadas como hipóteses de pesquisa até que dados mais sistemáticos possam explicar mais que especular sobre nossa área de estudo. Mesmo porque, o universo empírico corrobora para uma ocupação de horticultores em tempos mais tardios que os povos do sambaqui, possivelmente associados com povos de língua Tupi-Guarani.

Para a Ilha de São Luís a possibilidade de investigação propiciada pela descoberta de vestígios arqueológicos, mais precisamente um conjunto de vasilhas cerâmicas (FILHO & LEITE, 2005, p. 13), cuja decoração e o estilo tecnológico podem está associados aos tupinambá pré ou pós contato⁸, fortalecem a assertiva de Lima. Neste sentido, somente estudos mais acurados sobre esse material e a descoberta de outros assentamentos semelhantes podem corroborar ou refutar a aplicação dessas hipóteses para a área em questão.

⁸ Somente datações por métodos físico-químicos poderão fornecer com mais precisão o período de fabricação desses artefatos. Informações estas, que correlacionadas com outros dados em âmbito regional poderão trazer releituras sobre a arqueologia dos grupos tupi no Brasil.

Apesar da importância desses dados, a falta de pesquisas arqueológicas sistemáticas na região impossibilita explicações mais concretas sobre a formação dos sambaquis do litoral Norte, sobre o sistema sócio-cultural de suas populações e a ocorrência cerâmica no registro arqueológico, bem como sobre as hipóteses de seu desaparecimento.

Passados 35 anos do Projeto São Luís, a análise do material arqueológico coletado nesses assentamentos, cerca de uma tonelada, segundo o *Relatório Semestral de Atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira para o segundo semestre de 1971* (1971) não está concluída. Segundo Machado et. al. (1991) o projeto de pesquisa sobre sambaquis da Ilha de São Luís está sendo retomado por Ana Lúcia Machado, Conceição G. Corrêa e Daniel F. Lopes do Museu Paraense Emílio Goeldi para prosseguimento dos trabalhos de laboratório e publicação dos resultados.

O sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão: um projeto de pesquisa arqueológica a ser trabalhado⁹

A área de ocorrência dos sambaquis cerâmicos integra uma grande zona sedimentar sobreposta ao embasamento cristalino, que inclui a região costeira dos Estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí. Caracteriza-se pela presença de seqüências de idade terciária e quaternária, sendo as próprias estruturas cristalinas pré-cambrianas, as áreas-fonte de grande parte dos sedimentos que para aí foram alocados. A outra parte resultou de deposição marinha, sobretudo, restos fósseis de organismos do antigo mar epicontinental de Pirabas, existente entre o Oligoceno e o Mioceno (Terciário). (ZEMA, 2004).

No Pará, essa região denomina-se Salgado, devido a área banhada por águas salgadas ou salobras que se estende da baía de Marajó até a foz do rio Gurupi e segue por todo litoral ocidental em direção ao Golfão maranhense. Se insere em termos morfo-estruturais e morfo-climáticos, no Litoral de Rias e reentrâncias Maranhenses. É uma costa

⁹ Estudo arqueológico das populações pescadoras-coletoras pré-históricas assentadas nesse sambaqui, com ênfase no estudo das estruturas arqueológicas exumadas pela técnica de “Superfícies Amplas” com decapagens por níveis naturais e na análise tecnotipológica da cerâmica associada aos demais registros arqueológicos, objetivando compreender a ocorrência cerâmica em níveis profundos e caracterizar o perfil cultural dos grupos humanos que habitaram esse sítio.

de submersão, baixa e recortada, de características fluvio-estuarinas, sujeita a grande variação de marés (ZEMA, 2004).

A região é cortada por baías, enseadas e estuários com presença de ilhas aluvionais cobertas com floresta densa, floresta secundária e vegetação de mangue, destacando-se o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicennia nitida*) e tinteira (*Laguncularia racemosa*). A fauna da região é bastante rica em recursos marinhos como peixes, camarões, crustáceos e moluscos, ainda hoje, a principal fonte de subsistência dos moradores locais.

Na publicação avulsa *Áreas da Amazônia Legal e cadastros de sítios arqueológicos*, Simões e Costa (1978) delimita e caracteriza a região com ocorrência de sambaquis no Estado do Maranhão, destacando-se as zonas MA-SA e MA-SL. Tais siglas serviriam também para os futuros cadastrados e registros de sítios arqueológicos no Maranhão.

Localizado no Parque Estadual do Bacanga em São Luís, em uma unidade de conservação ambiental (Decreto N°: 7.545/1980), esse sambaqui está assentado em uma área de mangues entrecortada por igarapés. Os manguezais da região, segundo Ab'Saber (2003), foram constituídos durante o regresso das águas, no *optimum* climático, por volta de 6.000 a 5.500 a.P.

Por estar protegido em área de proteção ambiental, pode-se aferir que o grau de integridade do sítio está em torno de 75%, ou seja, um bom estado de conservação, mas com risco de destruição devido à construção de moradias em seu entorno, extração de sedimentos e vandalismo. Dentre as atividades arqueológicas efetuadas no sítio, localizamos três poços-testes de 1mx1m praticados pelo professor Correia Lima na década de 1980 e recentemente, efetuou-se coletas superficiais para delimitação da área para cadastro junto ao IPHAN.

Pretende-se, antes das intervenções de campo, realizar alguns procedimentos prévios, como a medição e georeferenciamento da área total do sítio em apoio aos dados já cadastrados junto ao IPHAN. A partir de então, sondagens e algumas prospecções serão

executadas para compreender a extensão do sambaqui do Bacanga e seu entorno. De posse desses dados, procederemos com a análise da topografia do terreno para posterior escavação.

Tais informações, aliadas a uma intervenção minuciosa e pontual poderão fornecer outros dados concernentes aos padrões de ocupação, estratégias de captação de recursos alimentícios e matérias-primas, bem como das estruturas relacionadas ao universo cotidiano e simbólico. Outras questões já observadas na literatura arqueológica nacional e estrangeira fornecerão os principais problemas a ser enfrentando no desenvolvimento da pesquisa, bem como balizarão os parâmetros necessários para contextualização e inserção do sambaqui em questão, no universo de produção do conhecimento acerca do povoamento pré-histórico da costa brasileira e sua relação com a produção de cerâmica antiga.

Considerações finais

A partir dos dados arqueológicos que acabamos de demonstrar fica patente que a ocupação humana na área correspondente a atual Ilha de São Luís é muito mais antiga do que a documentação etno-histórica pode sugerir. E apesar de tal assertiva já não se configurar em nenhuma novidade para arqueólogos e historiadores uma parcela muito grande da sociedade não tem acesso a esse tipo de informação.

O estudo da cultura material desses grupos pela arqueologia apresenta dados acerca de uma produção de cerâmica decorada, de formas globulares e temperada com conchas bastante antiga. Os povos que habitaram os sambaquis maranhenses poderiam ser caracterizados como pescadores-coletores-caçadores, cuja subsistência estaria centrada na coleta de recursos marítimos propiciados pela abundância de peixes e mariscos em áreas estuarinas.

O padrão de assentamento, as estruturas funerárias, a caracterização do estilo cerâmico e a cronologia obtida a partir de datações radiocarbônicas nos fazem supor que os grupos dos sambaquis habitavam as zonas costeiras em um período anterior e bem mais

longo que as populações horticulturas ceramistas do interior, sendo o contato entre dois grupos étnicos distintos a possível causa do desaparecimento ou assimilação dos primeiros.

A produção do conhecimento em arqueologia pode nos fornecer subsídios científicos para que avancemos ainda mais na compreensão da história dos povos que habitaram o Brasil há milhares de anos antes do contato com o europeu, sendo o estudo da cultura material, quando da ausência da documentação escrita, a única forma de acessar essa ancestralidade.

Referências

AB'SABER, A. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades e limites. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BANDEIRA, Arkley M. Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão. Monografia apresentada ao Curso de História como requisito para conclusão do mesmo. Universidade Estadual do Maranhão. Campus Paulo VI, São Luís, 2003.

_____. O Sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico. Pré-projeto de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em arqueologia do MAE-USP como requisito obrigatório para seleção dos ingressantes no segundo semestre de 2005, São Paulo, 2005;

BARBALHO JUNIOR, Marcus Saldanha. Um Estudo Sobre a Arqueologia Pré-Histórica no Maranhão. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2001.

FILHO, Deusdedit Carneiro Leite & LEITE, Eliane Gaspar. Ocupação pré-histórica na Ilha de São Luís: a ocorrência de grupos ceramistas proto-tupi. In: Boletim da Comissão Maranhense de Folclore. Nº 32. São Luís, 2005.

FUNARI, P. P. A. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In Theory in Archaeology a world perspective. Peter J. Ucko (ed.) New York e London: TAG Routledge, 1995, p. 236-205.

_____. Arqueologia. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Public archaeology from Latin American perspective. In *Public Archaeology*, 1, 4, 2001b, p. 239-243.

HODDER, Ian. *The archaeological process: an introduction*. United Kingdom: Blackwell Publishers, 1999.

GASPAR, Maria Dulce & IMAZIO, Maura. Os pescadores-coletores-caçadores do litoral Norte brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

LIMA, Olavo Correia & AROSO, Lima. *Pré-história maranhense*. São Luís: Gráfica Escolar S/A, 1989.

LIMA, O. C. Mário Simões e a arqueologia maranhense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, Ano LXII, n. 14, 1991.

LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. In: *Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia II*, revistausp, São Paulo, n. 44, 1999/2000.

LOPES, R. A civilização lacustre do Brasil. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Nº 2, v. I, Rio de Janeiro, janeiro de 1924.

_____. *Uma região Tropical*. Rio de Janeiro: Cia Fon-Fon e Seleta, 1970.

MACHADO, A. L, et. Al. Os sambaquis da Ilha de São Luís, Maranhão. *Anais do I Simpósio de pré-história do Nordeste Brasileiro (Recife-PE)*. CLIO-Série Arqueológica, Recife, n. 04- Extra, 1991.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1992.

REDMAN, C. Archaeology returns to the public. In *Global Archaeological theory contextual voices and contemporary thoughts*. Pedro Paulo A. Funrari, André Zarankin e E. Stovel (eds.). London: Softcover, 2005, p. 499-506.

SIMÕES, M. F. Relatório semestral de atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

_____. Relatório sucinto das atividades científicas de Mário Ferreira Simões realizadas no 1º semestre de 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975a.

_____. Relatório semestral de atividades do pesquisador Mário Ferreira Simões em 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975b.

_____. Plano de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975c.

_____. Relatório de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975d.

_____. Contribuição do Museu Goeldi à arqueologia da Amazônia. Belém: MPEG, 1978.

_____. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Nova Série, Belém, n. 78. 1981.

SIMÕES, M. F.; COSTA, F. de A. Áreas da Amazônia Legal brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 30, 1978.

SOUZA, Alfredo Mendonça. Dicionário de arqueologia. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

TILLEY, C. Archaeology as socio-political action in the present. In Reader in Archaeology post-processual e cognitive approaches. David S. Whitley. New York e London: Routledge, 1998

TRIGGER, B. G. História do pensamento arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

ZONEAMENTO Ecológico e Ambiental do Estado do Maranhão, GOVERNO DO MARANHÃO 2004.